

MONITOR FISCAL

Consultoria de Orçamentos,
Fiscalização e Controle – SF

Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira – CD



Fevereiro/2019 (Dados de dezembro/2018)



Desempenho Fiscal

União registra deficit primário de R\$ 30,8 bilhões em dezembro e de R\$ 112,7 bilhões em 2018. No âmbito do governo central, o deficit foi de R\$ 116,2 bilhões no ano, significativamente inferior à meta anual, fixada em R\$ 159,0 bilhões. Resultados fiscais deficitários persistentes, contudo, mantêm o estado de alerta quanto ao objetivo de estabilização da dívida pública.

A. RESULTADO PRIMÁRIO EM 2018

R\$ bilhões

ESFERA	REALIZADO		META ANUAL LDO		DIFERENÇA (B)-(A)
	EM DEZEMBRO	ATÉ DEZEMBRO (A)	ORIGINAL	ALTERADA (B)	
Setor Público Consolidado	-41,1	-108,3	-131,3	-161,3	-53,0
União	-30,8	-112,7	-132,5	-162,5	-49,8
Governo Central	-32,8	-116,2	-129,0	-159,0	-42,8
Empresas Estatais Federais	1,9	3,5	-3,5	-3,5	-7,0
Estados e Municípios	-10,3	4,4	1,2	1,2	-3,2

Fonte: Banco Central para valores realizados e Lei 13.473/2017 (LDO 2018), atualizada pela Lei 13.480/2017, para metas.

O resultado primário da União em dezembro de 2018 foi deficitário em R\$ 30,8 bilhões. No ano, o resultado acumulado foi deficitário em R\$ 112,7 bilhões. Entre os componentes do resultado, destaca-se a participação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que registrou deficit de R\$ 195,2 bilhões em 2018. Descontado o RGPS, o resultado primário do governo central teria sido superavitário em R\$ 79,0 bilhões no ano, tal como demonstrado no item E deste relatório.

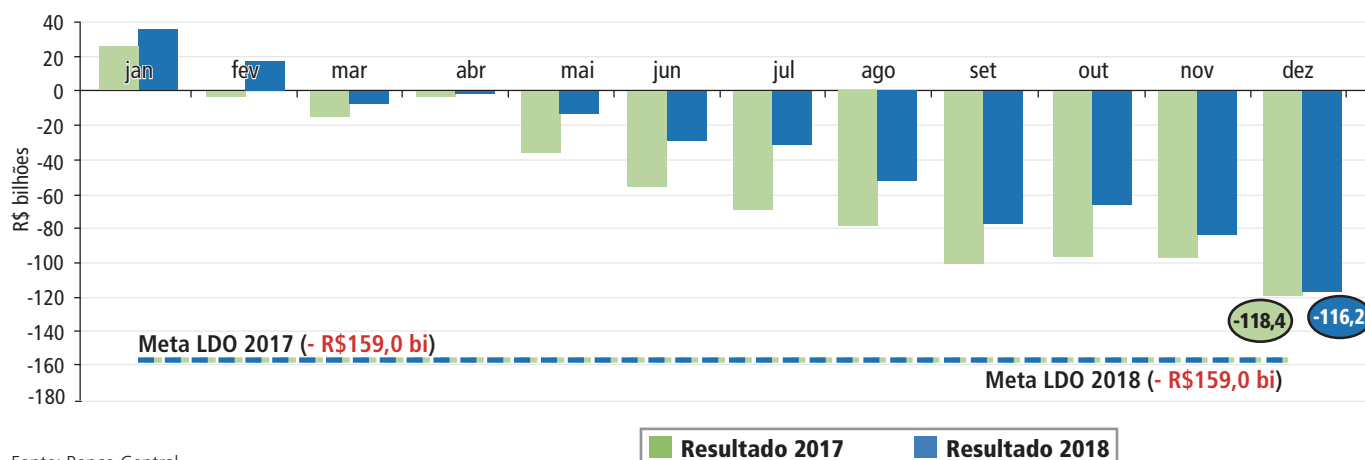
Como se observa na tabela acima, o resultado fiscal da União apurado no ano foi cumprido com considerável folga, a ponto de ter sido suficiente até mesmo para o cumprimento da meta fiscal original, caso se mantivesse inalterada.

Em que pese o cumprimento da meta do ano, mantém-se o alerta de que deficit primários elevados e persistentes impõem risco de descontrole do endividamento. Para que a dívida federal bruta fosse estabilizada, por exemplo, no patamar de 69,9% do PIB (apurado ao final de 2017), o superavit primário do governo central em 2018 não poderia ser inferior a 2,2% do PIB, consoante metodologia informada no Estudo Técnico 9/2018¹. O resultado primário obtido em 2018, entretanto, equivale a deficit de 1,7% do PIB. Trata-se do quinto ano consecutivo de resultado primário deficitário.

¹ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2018/2018_ET_SupRequerido_20180626.pdf>.

B. DESEMPENHO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (2017-2018)

Resultado primário acumulado do ano (2017 - 2018)



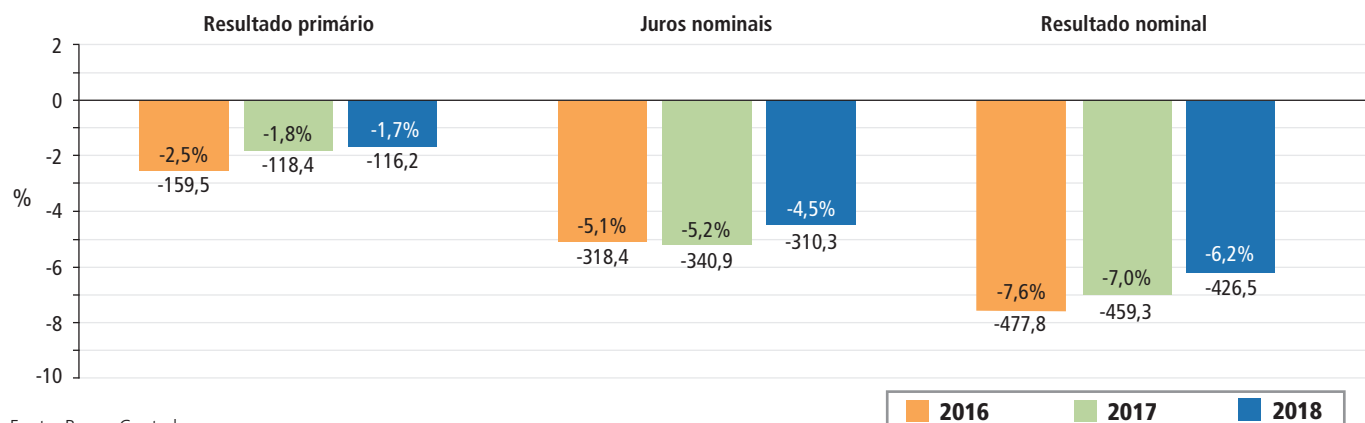
Fonte: Banco Central.

Em dezembro de 2018, o governo central apresentou déficit primário de R\$ 32,8 bilhões, contra déficit de R\$ 22,2 bilhões verificado no mesmo mês de 2017. No ano, o re-

sultado acumulado foi deficitário em R\$ 116,2 bilhões, ante déficit de R\$ 118,4 bilhões apurado no ano anterior.

C. RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL (2016-2018)

Resultados fiscais do governo central (R\$ bilhões e % do PIB)



Fonte: Banco Central.

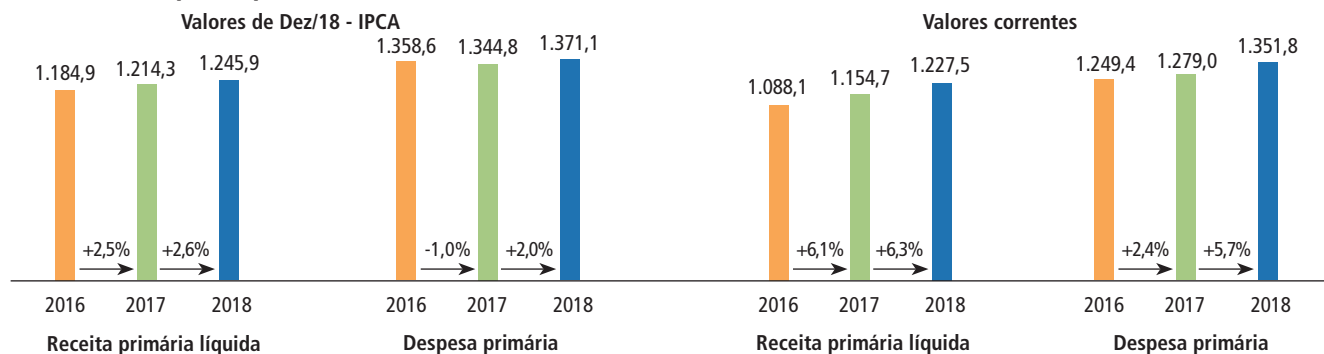
O resultado nominal do governo central em 2018 foi deficitário em R\$ 426,5 bilhões (6,2% do PIB). No ano anterior, o déficit foi de R\$ 459,3 bilhões (7,0% do PIB).

Os juros nominais líquidos, apropriados por competência, alcançaram R\$ 310,3 bilhões em 2018 (4,5% do PIB), contra R\$ 340,9 bilhões no ano anterior (5,2% do PIB). Essa redução foi influenciada pelos declínios, no período, na taxa Selic e nos índices de preços que corrigem parte do endividamento.

Nada obstante, a persistência de deficit primários, como verificado em 2018, associada a despesas líquidas com juros, concorrem para a formação de uma trajetória de crescimento da dívida, conforme apresentado no item F deste relatório.

D. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e despesas primárias (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Nacional.

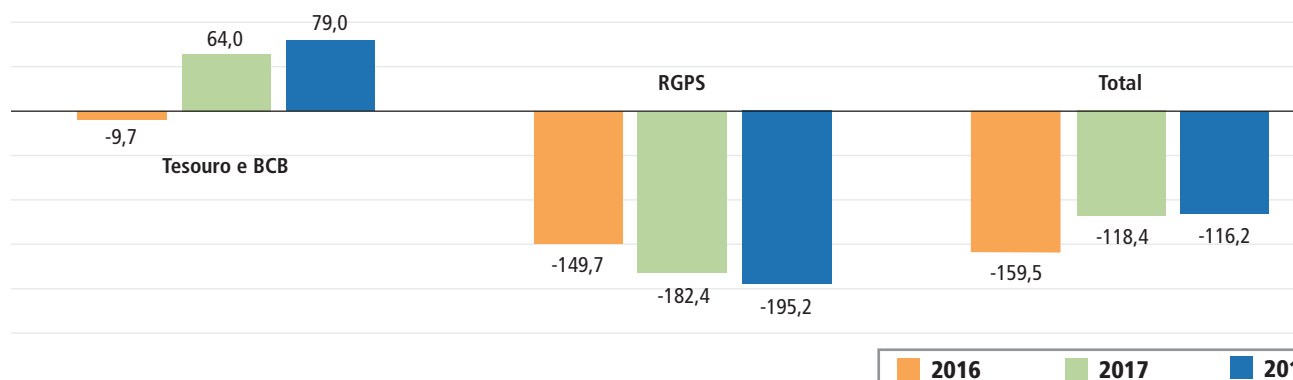
A receita primária líquida (receita primária total menos transferências obrigatórias aos demais entes) apresentou aumento real de 2,6% em 2018, relativamente ao apurado no ano anterior. A despesa primária, por seu turno, teve crescimento real de 2,0%.

sil (RFB), alcançou R\$ 919,2 bilhões a valores de 2018, apresentando aumento real de 4,6%, comparativamente a 2017. Pelo lado da despesa, destaca-se o crescimento real de R\$ 17,8 bilhões (6,7%) em despesas discricionárias e de R\$ 8,8 bilhões (1,5%) em benefícios previdenciários.

O principal componente da receita primária, constituído pelas receitas administradas pela Receita Federal do Bra-

E. RESULTADO DO TESOIRO E BCB X RESULTADO DA PREVIDÊNCIA

Decomposição do Resultado Primário do Governo Central (R\$ bilhões) de 2016 a 2018

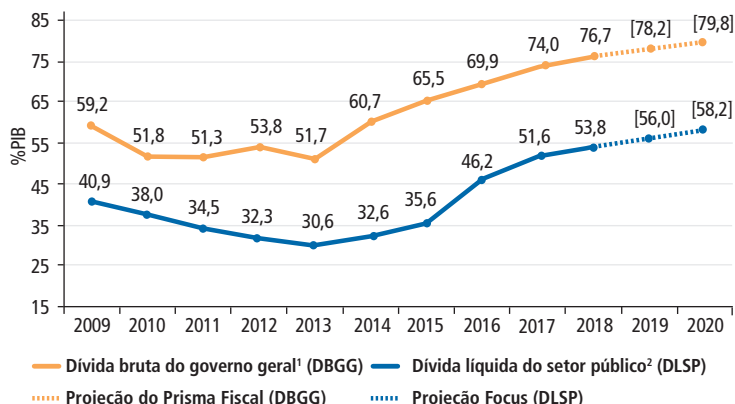


Descontado o RGPS, isto é, considerado apenas o Tesouro Nacional e o Banco Central do Brasil (BCB), o resultado do governo central tem experimentado melhorias expressivas nos últimos anos, passando de deficit de R\$ 9,7 bilhões em

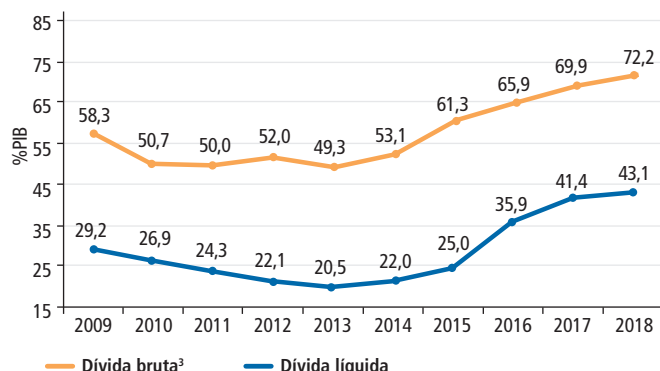
2016 para superavit de R\$ 79,0 bilhões em 2018. Em contrapartida, o deficit do RGPS tem sido crescente, exercendo pressão em desfavor da geração de superavits primários no âmbito do governo central.

F. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% PIB)

Setor público consolidado - 2009 a 2020



Governo Federal - 2009 a 2018



Fonte: Banco Central, Prisma Fiscal de Janeiro de 2019 e Relatório Focus de 25/1/2019. 1. A dívida bruta do governo geral abrange governos federal, estaduais e municipais e exclui Banco Central e empresas estatais. 2. A dívida líquida do setor público abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais. 3. A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária em mercado, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do governo federal, dívida assumida pela União em razão da Lei 8.727/93 e dívida externa do governo federal.

A DBGG – Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais – alcançou R\$5,3 trilhões em dezembro, equivalente a 76,7% do PIB. Seus principais componentes são a dívida mobiliária do Tesouro Nacional, que correspondeu a 54,1% do PIB (R\$ 3,7 trilhões) em 2018, e as operações compromissadas do Banco Central, que representaram 16,4% do PIB (R\$ 1,1 trilhão). Com isso, a relação DBGG/PIB registrou, em 2018, expansão de 2,6 p.p., decorrente sobretudo da incorporação de juros nominais (aumento

de 5,9 p.p.) e do efeito da desvalorização cambial (aumento 0,7 p.p.), parcialmente compensados pelo efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 3,5 p.p.).

No que tange exclusivamente ao governo federal (que exclui Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto aumentou 2,3 p.p. no ano e alcançou 72,2% do PIB (R\$ 5,0 trilhões) em 2018.

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – Câmara dos Deputados
 Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – Senado Federal
 Consultora-Geral: Ana Claudia C. S. Borges
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

EQUIPE TÉCNICA

Antonio Carlos D'Ávila, Aritan Maia, Dayson Pereira, Eduardo Rodríguez, Flávio Luz, Ingo Luger, Marcel Pereira, Paulo Bijos, Renan Milfont, Rafael De Fraia e Souza e Vinicius Ribeiro.

Formatação: Secretaria de Comunicação Social – Senado Federal | Impressão: Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal